Novamente o Ministério da Saúde esquece a Radiologia

"Nova tabela que reajusta procedimentos contempla, em nossas áreas, apenas o ultrassom e deixa de fora a radiologia, a tomografia e a ressonância"

Em dezembro de 2008, com aplicação a partir do primeiro dia daquele mês, o Ministério da Saúde emitiu uma nova tabela de procedimentos médicos do SUS, corrigindo a maioria deles.

Porém, novamente os exames radiológicos, de tomografia computadorizada e de ressonância magnética foram esquecidos. Se nenhuma providência for tomada de modo rápido, para recuperar o valor destes exames, uma série de procedimentos da nossa especialidade caminhará para extinção ou ficarão limitados apenas aos hospitais públicos. Exames contrastados como: enema opaco, urografia excretora, uretrocistografia, histerossalpingografia, etc., vêm sistematicamente deixados de serem feitos. Os serviços têm optado por liberar um quantitativo muito pequeno de vagas para eles, fazendo com que o agendamento fique extremamente demorado, o que tem levado os médicos a escolherem outros tipos de procedimentos.

A atual tabela do SUS apresenta os mesmos valores em reais para os exames de tomografia computadorizada e a maioria dos radiológicos desde 1995. No mês de janeiro daquele ano, o salário mínimo era de R$ 70,00, enquanto que o dólar oficial era cotado em R$ 0,84. Neste janeiro de 2009 o dólar estava cotado em R$ 2,33, enquanto, que o salário mínimo está projetado para R$ 453,00 a partir de abril.

Estes diferenciais de valores, nos últimos quatorze anos, levaram a um impacto de 177% nos insumos radiológicos e 547% nos salários dos técnicos. Além dos múltiplos gastos criados no mesmo período, como dosimetros, planos de proteção radiológica, tratamento de efluentes das processadoras e a necessidade atual de digitalização.

Apesar do aumento de volume de exames em geral e de aparelhos mais rápidos, o ganho em produtividade de exames não foi suficiente para cobrir todos os custos. Essa conta vem há muito tempo sendo paga pelos médicos, por meio da redução de seus honorários.

Ao mesmo tempo, a dependência de exames no atendimento de urgência fez com que os radiologistas passassem a cobrir as 24 horas do dia, em princípio à distância e cada dia mais de forma presencial, também impondo redução de honorários, pois, raramente se consegue cobrir os custos do período que o serviço do dia-a-dia precisa ajudar a suprir.

Os radiologistas devem urgentemente se conscientizarem, que mesmo não sendo donos de serviços, a falta de reajuste do SUS, determina um empobrecimento da radiologia, impossibilidade de investimento em novos aparelhos e tecnologia. No final das contas, todos os radiologistas pagarão o preço da falta de correção nos valores dos exames, em qualquer posição que se encontrem: como donos, empregados ou prestadores de serviços. É mais que chegado o momento de todos se unirem para pressionar o governo a rever as tabelas do SUS das áreas de radiologia, tomografia e ressonância.

Dr. Aldemir Humberto Soares
Diretor responsável pelo Boletim do CBR